

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Aspectos Processuais das Contas Eleitorais

Docente

Patrícia Gasparro Sevilha

Mini currículo

Doutoranda e Mestra em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina/PR. Possui várias especializações. É analista judiciária na área judiciária - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com a função de chefia de cartório há mais de 18 anos, tendo sido nomeada para equipes de apoio às assessorias de gabinete de membros da Corte do TRE/PR. Escritora em temas de Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Ciência Política e Filosofia Política, com várias obras e artigos publicados, especialmente a obra “Empresas e Eleições - a responsabilidade social e a ética no financiamento eleitoral”, pela editora Mizuno. Membro Consultivo da EJE/PR. Professora de pós-graduação na matéria de Direito Eleitoral na UERJ e Uniopet. Tutora e conteudista de cursos EAD do TSE e de vários TRE's, nas áreas de Gestão Pública e de Direito. Professora credenciada pela ENFAM. Membro da ABCP.

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6245626420021642>

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Modalidade: EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária: 6 horas-aula

Local de realização: Ambiente Virtual de Aprendizagem – TSE

EMENTA

Aspectos processuais da prestação de contas eleitorais. Bases normativas aplicáveis à arrecadação, aos gastos de campanha e ao processo de contas. Sujeitos obrigados, atos iniciais, autuação e fluxo procedimental. Ritos, espécies procedimentais, contas tempestivas, intempestivas, retificadoras, sem movimentação e não prestadas. Diligências, manifestações das partes, regularização e limites do saneamento processual. Comunicação dos atos, nulidades, contraditório, ampla defesa, representação processual, juntada de documentos, preclusões, fase recursal e precedentes do TSE. Categorias de julgamento, sanções, devolução de valores, multas e providências pós-julgamento.

JUSTIFICATIVA

A prestação de contas eleitorais reúne elevada densidade normativa, prazos próprios, sistemas específicos, repercussões patrimoniais e efeitos relevantes para candidatas, candidatos, partidos políticos e federações. Na prática jurisdicional e cartorária, surgem dúvidas recorrentes quanto à identificação do rito adequado, ao tratamento de contas intempestivas ou não prestadas, ao alcance das diligências, à admissibilidade de documentos tardios, à regularização no curso do processo, à

comunicação dos atos processuais, ao enfrentamento de nulidades e à execução das providências posteriores ao julgamento.

A oferta do curso justifica-se pela necessidade de aprimorar a atuação de magistradas, magistrados, servidoras e servidores que lidam com processos de contas eleitorais, favorecendo maior uniformidade decisória, segurança jurídica, respeito às garantias fundamentais e efetividade no controle da arrecadação e dos gastos eleitorais. A ação educacional propõe uma abordagem aplicada, com organização do fluxo processual, análise de situações práticas e exame de precedentes relevantes do TSE, de modo a qualificar a tramitação, o saneamento, o julgamento e o cumprimento das decisões em prestação de contas.

OBJETIVO GERAL

Aplicar, em situações processuais concretas, o regime normativo e jurisprudencial das prestações de contas eleitorais, organizando atos iniciais, ritos, incidentes, decisões e providências pós-julgamento de modo compatível com o contraditório, a ampla defesa, a celeridade, a segurança jurídica e a efetividade do controle das contas eleitorais.

PÚBLICO- ALVO

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

VAGAS E PROCESSO SELETIVO

Até 500 (aula síncronas)

Vagas ilimitadas (aula assíncronas)

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
Identificar as bases normativas, os sujeitos obrigados e os atos inaugurais da prestação de contas eleitoral, organizando o fluxo inicial do procedimento.	Módulo 1 – Estrutura procedimental e atos iniciais da prestação de contas. Bases normativas: Constituição Federal, Lei nº 9.504/1997, Resolução TSE nº 23.607/2019, com alterações para 2026, CPC e normas complementares. Princípios aplicáveis. Sujeitos obrigados: candidatas, candidatos, partidos políticos, federações e peculiaridades das chapas majoritárias. Arrecadação, abertura de conta bancária, relatórios financeiros, prestações parciais, prestação final, ausência de entrega, autuação e atos inaugurais.	Exposição dialogada com mapa do procedimento (aprox. 55 min); análise guiada de fluxo inicial e pontos críticos de autuação (aprox. 25 min); síntese com perguntas orientadoras (aprox. 10 min).	1h30	Slides; legislação eleitoral atualizada; fluxograma do procedimento; quadro-resumo de sujeitos obrigados; roteiro de verificação inicial.	Avaliação formativa por perguntas de checagem e discussão de situação-problema sobre atos iniciais e ausência de prestação.
Diferenciar as espécies procedimentais e aplicar critérios de saneamento e regularização das contas no curso do processo.	Módulo 2 – Ritos, espécies procedimentais e regularização das contas. Prestação tempestiva, intempestiva e não prestada. Contas sem movimentação, retificadoras e submetidas a diligências. Exame técnico, pareceres, manifestações das partes e regularização. Limites do saneamento processual e questões práticas recorrentes na tramitação.	Exposição dialogada com quadro comparativo dos ritos (aprox. 45 min); estudo de minicasos sobre diligências, retificadoras e limites do saneamento (aprox. 35 min); fechamento com checklist de tramitação (aprox. 10 min).	1h30	Slides; quadro comparativo de espécies de contas; checklist de saneamento; casos práticos; legislação e orientações técnicas pertinentes.	Avaliação formativa por resolução orientada de minicasos e identificação do encaminhamento processual adequado.

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
<p>Analisar incidentes processuais e garantias fundamentais aplicáveis às contas eleitorais, selecionando precedentes do TSE pertinentes às controvérsias recorrentes.</p>	<p>Módulo 3 – Incidentes processuais, garantias fundamentais e precedentes. Comunicação dos atos processuais: citações, intimações, publicações e nulidades recorrentes. Contraditório, ampla defesa, representação processual, capacidade postulatória e legitimidade. Juntada de documentos, preclusões, fase recursal e critérios jurisprudenciais para admissão ou rejeição de documentos tardios. Precedentes relevantes do TSE.</p>	<p>Exposição dialogada com problematização de garantias processuais (aprox. 45 min); análise orientada de precedentes e hipóteses de nulidade/preclusão (aprox. 35 min); síntese operacional (aprox. 10 min).</p>	<p>1h30</p>	<p>Slides; seleção de precedentes; matriz de análise de nulidades e documentos tardios; enunciados de situações-problema; legislação processual aplicável.</p>	<p>Avaliação formativa por enquête ou questão discursiva breve sobre admissibilidade de documento tardio, nulidade ou representação processual.</p>

MATERIAL COMPLEMENTAR

Serão disponibilizados aos participantes os slides do curso, os quais conterão quadros-resumo, mapas mentais, check-lists e outros recursos didáticos facilitadores.

ATUAÇÃO DE TUTORES E TUTORAS

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

ATUAÇÃO DE PARTICIPANTES

Participar das atividades, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

AValiação DE REAÇÃO

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral.
- BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições.
- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil.
- ALMEIDA, Roberto Moreira de. Curso de Direito Eleitoral. 11ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.
- GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- SCHLICKMANN, Denise Goulart. Financiamento de Campanhas Eleitorais. 10. ed. Curitiba: Juruá, 2020.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.752, de 26 de fevereiro de 2026. Altera a Resolução nº 23.607/2019/TSE.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.646, de 19 de agosto de 2021. Dispõe sobre procedimentos relativos à regularização de omissão de prestação de contas de campanha eleitoral.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.760, de 2 de março de 2026. Estabelece o Calendário Eleitoral para as Eleições 2026.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Contas eleitorais e página de Prestação de Contas das Eleições 2026. Materiais, orientações e sistemas disponibilizados pela Justiça Eleitoral.

ANEXOS
Não há

